



“Vou meter [a] mão”: análise dialógica da violência obstétrica contra uma mulher negra na Bahia

“I’m going to put [my] hand in”: a dialogical analysis of obstetric violence against a black woman in Bahia

Natália Luczkiewicz da SILVA*

Aleph Danilo da Silva FEITOSA**

Flávia Colen MENICONI***

RESUMO: O racismo estrutural no Brasil é um fenômeno profundamente enraizado nas instituições e na organização social, sendo sustentado por relações históricas de dominação e exclusão. Essa estrutura racista afeta inclusive os espaços que deveriam ser de cuidado e acolhimento, como os hospitais. Partindo desse entendimento, este trabalho objetiva investigar a construção discursiva do corpo da mulher negra grávida, analisando como diferentes vozes — sociais, médicas e midiáticas — contribuem para silenciar, apagar ou minimizar os relatos de violência obstétrica, por meio de discursos que naturalizam essa prática. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, conforme Godoy (1995), que busca compreender os significados atribuídos às experiências humanas em contextos sociais específicos. A escolha por essa abordagem se justifica pela complexidade do fenômeno analisado, atravessado por dimensões históricas, políticas e simbólicas que não se encaixam em categorias previamente estabelecidas. Metodologicamente, configura-se como um estudo de caso (Yin, 2005), adequado para a investigação aprofundada de fenômenos contemporâneos, especialmente quando as fronteiras entre o objeto e seu contexto não são claramente delimitadas. O referencial teórico contempla os estudos de Lugones (2010) e Davis (2016), que abordam a colonialidade de gênero e a interseccionalidade; Volóchinov (2017) e Bakhtin (2016), que discutem a linguagem como prática ideológica; e Leal *et al.* (2017), que refletem sobre a violência obstétrica com recorte racial. A análise evidenciou que a violência obstétrica sofrida pela mulher negra ultrapassa o momento do parto, constituindo-se como um enunciado atravessado por discursos que antecedem e sucedem o evento, o que reforça seu caráter estrutural e institucionalizado. Os discursos analisados revelam uma desumanização sistemática, marcada por maus-tratos, silenciamentos e a negação de direitos básicos, compondo uma violência simbólica e física sustentada por relações de poder históricas que ainda operam na atualidade. As vozes sociais, por sua vez, expressam valores profundamente enraizados nas práticas cotidianas, contribuindo diretamente para a construção de sentidos

* Doutoranda em Linguística. Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, AL – Brasil. natalia2luczkiewicz@gmail.com

** Doutorando em Linguística. Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, AL – Brasil. q.danillo@gmail.com

*** Doutora em Linguística. Professora de espanhol da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, AL – Brasil. flavia.meniconi@fale.ufal.br

sobre o corpo da mulher negra grávida, e evidenciando como esse corpo é alvo de controle, exclusão e subalternização no campo da saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Corpo-enunciado. Mulher negra. Violência obstétrica. Interseccionalidade. Colonialidade de gênero.

ABSTRACT: Structural racism in Brazil is a phenomenon deeply rooted in institutions and social organization, sustained by historical relations of domination and exclusion. This racist structure even affects spaces that should be places of care and support, such as hospitals. Based on this understanding, this study aims to investigate the discursive construction of the body of the pregnant black woman, analyzing how different voices — social, medical, and media — contribute to silencing, erasing, or minimizing reports of obstetric violence, through discourses that naturalize this practice. This is a qualitative research approach, according to Godoy (1995), which seeks to understand the meanings attributed to human experiences in specific social contexts. The choice of this approach is justified by the complexity of the phenomenon analyzed, traversed by historical, political, and symbolic dimensions that do not fit into previously established categories. Methodologically, it is configured as a case study (Yin, 2005), suitable for the in-depth investigation of contemporary phenomena, especially when the boundaries between the object and its context are not clearly delimited. The theoretical framework includes the studies of Lugones (2010) and Davis (2016), who address gender coloniality and intersectionality; Volóchinov (2017) and Bakhtin (2016), who discuss language as an ideological practice; and Leal *et al.* (2017), who reflect on obstetric violence from a racial perspective. The analysis showed that obstetric violence suffered by black women goes beyond the moment of childbirth, constituting itself as a statement permeated by discourses that precede and follow the event, which reinforces its structural and institutionalized character. The discourses analyzed reveal systematic dehumanization, marked by mistreatment, silencing, and denial of basic rights, composing a symbolic and physical violence sustained by historical power relations that still operate today. The social voices, in turn, express values deeply rooted in everyday practices, directly contributing to the construction of meanings about the body of the pregnant black woman and highlighting how this body is the target of control, exclusion, and subordination in the field of health.

KEYWORDS: Body-statement. Black woman. Obstetric violence. Intersectionality. Gender coloniality.

Artigo recebido em: 25.04.2025

Artigo aprovado em: 28.06.2025

1 O corpo que fala, a instituição que cala

A história do Brasil é marcada por séculos de violências e discriminações contra a população negra, com ênfase nas mulheres, que foram duplamente marginalizadas, tanto pelo racismo quanto pelo sexismo (Davis, 2016). Tal processo de opressão, que se apresenta de modo estrutural, está profundamente enraizado em inúmeras

sociedades, e se reflete em diversas esferas da vida cotidiana, o que inclui, por certo, as instituições de saúde. Nesse cenário, uma das formas de violência sofridas pelas mulheres negras é a obstétrica, tornando-se um problema grave e persistente nos serviços de saúde (Santana *et al.*, 2024).

Estudos como os de Oliveira e Kubik (2019), Alves *et al.* (2025) e Leal *et al.* (2017) indicam que as mulheres negras recebem menos anestesia, têm seus corpos objetificados e, muitas vezes, são silenciadas ou ignoradas quando tentam manifestar suas necessidades e dores. Outrossim, faz-se oportuno ponderar que a falta de informação e a desigualdade no acesso a cuidados médicos adequados fazem com que a experiência de parto dessas mulheres seja marcada, para além da dor física, por um sofrimento emocional, originado pela ausência de reconhecimento de sua condição de sujeito de direitos e de dignidade.

Nessa conjuntura, compreender as violências enfrentadas por mulheres negras no Brasil, ao longo da história e até hoje, exige reconhecer a intersecção entre racismo e sexismo que as coloca em uma posição de particular vulnerabilidade (Lugones, 2010). A violência que enfrentam é, na maioria das vezes, invisibilizada e normalizada, o que reforça a necessidade de políticas públicas voltadas à superação dessas desigualdades. Posto isso, a presente pesquisa se justifica pelo fato de apresentar uma problemática de urgência social, revelando como as vozes sociais acerca da mulher negra grávida perpassam um longo período histórico e se materializam no século XXI, em um hospital da Bahia.

Nesse cenário, o presente artigo tem como objetivo investigar a construção discursiva do corpo da mulher negra grávida, analisando como diferentes vozes — sociais, médicas e midiáticas — contribuem para silenciar, apagar ou minimizar os relatos de violência obstétrica, por meio de discursos que naturalizam essa prática. Para tanto, partimos de um estudo de caso e analisamos, de forma qualitativa, uma materialidade textual que apresenta diversas vozes sociais entrelaçadas,

configurando-se, portanto, como um enunciado (Bakhtin, 2016). A materialidade textual foi retirada de uma reportagem do jornal eletrônico BATV¹.

O texto em tela se encontra organizado em quatro seções macros, além desta introdução e da conclusão. A primeira seção discorre acerca da interseccionalidade que atravessa as mulheres negras; a segunda aborda a teoria de gêneros discursivos e alguns conceitos relevantes para a análise do *corpus* desta pesquisa; a terceira apresenta a metodologia da pesquisa; e, por fim, a quarta seção expõe os dados e a análise do material.

2 Interseccionalidade e violência: a realidade das mulheres negras

O racismo estrutural no Brasil é um fenômeno recorrente nas instituições e na organização social, sendo sustentado por relações históricas de dominação e exclusão. Segundo Almeida (2019), o racismo estrutural não se restringe ao comportamento individual, mas está inscrito na lógica das estruturas sociais, econômicas, jurídicas e políticas, configurando um sistema que perpetua desigualdades. Nas palavras do estudioso, “o racismo estrutural é aquele que se encontra entranhado nas engrenagens institucionais da sociedade, naturalizando hierarquias raciais e garantindo a manutenção de privilégios racializados” (Almeida, 2019, p. 26).

Essa estrutura racista afeta inclusive os espaços que deveriam ser de cuidado e acolhimento, como os hospitais. Dito de outro modo, mesmo em ambientes que deveriam promover cuidado e proteção, como os hospitais, a presença do racismo estrutural ainda se faz sentir (Oliveira; Kubik, 2019). Isso pode aparecer de diversas formas, como na diferença de atendimento entre pessoas brancas e negras, na influência de preconceitos raciais em decisões médicas — como a ideia equivocada de

¹ BATV é um telejornal local brasileiro produzido pela TV Bahia e exibido por todas as emissoras da Rede Bahia de Televisão, afiliadas à TV Globo. Vai ao ar de segunda à sábado, entre as faixas de programação das novelas das seis e das novelas das sete.

que mulheres negras têm maior resistência à dor —, além da limitação no acesso a serviços de saúde de qualidade por parte da população negra, entre outros exemplos.

Ainda a esse respeito, diversas pesquisas evidenciam que mulheres negras recebem menos anestesia, têm suas dores minimizadas e enfrentam maior mortalidade materna (Werneck, 2016; Carneiro, 2003), o que explicita o racismo institucional como uma das faces do racismo estrutural.

Nesse sentido, é preciso compreender, por meio de uma abordagem interseccional, como esse tipo de violência física e simbólica se estabelece. Sobre isso, Lugones (2010) argumenta que a colonialidade impôs um sistema de gênero racializado, no qual as mulheres negras foram desumanizadas de forma distinta das mulheres brancas. Em sua teoria sobre o sistema moderno/colonial de gênero, entendemos que o patriarcado colonial impôs um modelo de gênero racializado que rebaixou a mulher negra à condição de corpo disponível, servil, não-humano (Lugones, 2010).

Essa visão é complementada por Davis (2016), a qual destaca como o legado da escravidão e a posição subalterna imposta às mulheres negras moldaram um tipo de violência que, além de física e institucional, é simbólica e epistêmica. Portanto, essa mulher se torna “duplamente invisibilizada”, pois sofre tanto pela raça quanto pelo gênero, o que reafirma a necessidade de uma análise interseccional para que se compreenda a totalidade de sua opressão.

Seguindo este pensamento, Santana *et al.* (2024) destacam que:

A desigualdade entre raça, gênero e classe produz profundas disparidades na saúde de mulheres e pessoas com útero no nosso país. Esses marcadores sociais considerados estruturantes, estão diretamente relacionadas às injustiças sexuais e reprodutivas vividas por essa população [...] é fundamental compreender que o corpo de uma mulher negra é forjado por um acumulado de dores que se interseccionam, dores essas, pautadas pelo gênero e pelo componente racial (Santana *et al.*, 2024, p. 6).

A invisibilização da violência que atinge mulheres negras é reforçada por uma cultura que normaliza sua dor e exclui sua experiência dos centros de poder e produção de conhecimento. Como aponta Carneiro (2003), o “epistemicídio” — a negação do saber e da existência da mulher negra — é parte do processo de exclusão que contribui para a ausência de políticas públicas eficazes. Portanto, a violência contra mulheres negras vai além da agressão física, pois trata-se de um processo sistêmico de negação da humanidade, marcado pela precarização da vida e pela exclusão do acesso a direitos fundamentais, como saúde, educação e segurança. Essa realidade é evidenciada por dados do Mapa da Violência (IPEA, 2015), que apontam as mulheres negras como as principais vítimas de feminicídio no Brasil.

Nessa perspectiva, trazemos à baila a discussão acerca do corpo-enunciado (Butler, 2015). O conceito de corpo-enunciado não é amplamente difundido de forma sistemática em uma teoria única, por outro lado, ele aparece como uma categoria teórico-analítica em diferentes campos — como a análise do discurso, os estudos de linguagem, a filosofia da diferença, os estudos culturais e os estudos sobre corpo e performance. Em geral, o termo é usado para pensar o corpo não apenas enquanto objeto biológico, mas como uma instância produtora e significante de discurso, ou seja, como um enunciator ativo, que participa da constituição de sentidos.

Diante disso, Butler (2015) preconiza que o corpo é performativo, ou seja, ele não é uma essência biológica, mas se constitui por meio de atos repetitivos regulados por normas sociais. Assim, o corpo atua e é atravessado por meio dos discursos; ele é uma superfície onde os significados são inscritos, mas também é agente na produção de sentidos, isto é, um corpo que enuncia, performa e produz discursividade.

Nesse sentido, todo corpo pode ser entendido como um enunciado, pois ele produz sentidos e participa da cadeia discursiva como instância simbólica e política de significação. No entanto, enfatizamos a representatividade deste conceito quando refletimos sobre o corpo da mulher negra, cuja moldagem social tem raízes históricas na escravidão e na colonização, em que foi construído como objeto de exploração,

controle e desumanização. Essa moldagem se perpetua por meio de discursos científicos, religiosos, estéticos e institucionais que sexualizam, animalizam e inferiorizam esses corpos, restringindo-lhes direitos e reconhecimento. Ainda assim, trata-se de um corpo que resiste e reconfigura sentidos por meio de sua presença, ação, silêncio, dor, movimento ou gesto.

Diante desse cenário, compreendemos que a violência que as mulheres negras enfrentam é, por inúmeras vezes, invisibilizada e normalizada, fato que contribui para a não construção de efetivas ferramentas de enfrentamento da violência, o que, a nosso ver, reforça a importância de políticas públicas que não só reconheçam, mas possam ir de encontro a essas desigualdades. Como afirma Collins (2019), é preciso “pensar a partir da margem”, ou seja, construir políticas e práticas que nasçam das experiências das mulheres negras, reconhecendo-as como sujeitas epistêmicas e políticas.

3 Gêneros do discurso, enunciado e vozes sociais

Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Volóchinov (2017, p. 57) formula uma crítica contundente às abordagens formalistas da linguagem, ao afirmar que “[...] a palavra é o fenômeno ideológico por excelência”. Tal proposição subverte a concepção dominante da linguagem como instrumento neutro ou transparente, defendida por modelos estruturalistas e normativos que desconsideram seu enraizamento histórico, social e político.

Para Volóchinov (2017), o enunciado linguístico não é apenas uma expressão individual, mas o resultado de uma complexa teia de condições materiais e simbólicas, sempre atravessadas pelas relações de poder e pelas lutas ideológicas entre classes sociais. Assim, toda produção discursiva deve ser compreendida como ação situada², imersa nas contradições e nos conflitos de uma sociedade dividida.

² Cabe pontuar que, com base nos estudos de Bakhtin (2016), compreende-se que cada sujeito é autor do seu próprio discurso, o que significa que ele contribui para a construção dos sentidos e das verdades compartilhadas socialmente. Isso reforça a ideia de que o discurso é uma ação situada, um ato ético e

Essa abordagem introduz a linguagem no cerne das disputas ideológicas, posicionando-a como forma concreta de mediação entre sujeitos históricos e realidade. A palavra, ao mesmo tempo em que reflete a realidade social, refrata sob uma ótica valorativa e, portanto, pode ser considerada parcial e conflitante. Nesse sentido, Volóchinov (2017) rejeita a pretensa neutralidade dos signos linguísticos, afirmando que todo signo é socialmente saturado e, por isso, ideologicamente impregnado. Isso implica reconhecer que os discursos que circulam socialmente são instâncias privilegiadas de reprodução ou contestação da hegemonia, pois articulam formas de representação do mundo que favorecem determinados interesses em detrimento de outros.

No interior do chamado Círculo de Bakhtin, essa concepção é aprofundada com a noção de dialogismo, que recusa qualquer concepção monológica da linguagem. Em *Estética da criação verbal*, Bakhtin (2016) propõe que todo enunciado é uma resposta — explícita ou implícita — a outros enunciados anteriores e, simultaneamente, uma antecipação de respostas futuras. O enunciado é, portanto, um elo em uma cadeia comunicativa contínua e interdependente, sendo construído na relação com a alteridade. Já o discurso pode ser entendido como o conjunto mais amplo dessas interações enunciativas dentro de um campo social, incluindo as múltiplas vozes sociais, ideologias e relações de poder que se manifestam na linguagem. Dessa forma, o discurso é constitutivamente polifônico: ele nunca expressa uma única voz, mas traz em si ressonâncias de múltiplas vozes sociais em interação, tensão e, frequentemente, confronto.

Posto isso, pensando a relação entre enunciado e discurso, compreendemos que, enquanto aquele se apresenta como a unidade concreta da comunicação — um ato de fala ou texto situado em um contexto específico, que responde a enunciados

social, que envolve escolhas e posicionamentos. Além disso, o sujeito é constituído nas relações sociais: sua forma de falar, pensar e agir se forma a partir das experiências que vivencia em seu meio.

anteriores e antecipa respostas futuras —, este pode ser entendido como o conjunto mais amplo de práticas comunicativas, ideológicas e sociais em que esses enunciados se inserem e circulam. Assim, o enunciado é sempre parte de um discurso, funcionando como um elemento individual dentro de uma rede maior de vozes e significações. Eles não são opostos, mas níveis diferentes da linguagem em interação: o discurso oferece o campo, o contexto social e ideológico; o enunciado é o evento comunicativo que ocorre dentro desse campo.

Diante disso, ao introduzir o conceito de gêneros do discurso, Bakhtin (2016) dá um passo decisivo para compreender a linguagem como prática social específica. Os gêneros, definidos como “tipos relativamente estáveis de enunciados”, são formas historicamente determinadas de organização discursiva que emergem em esferas particulares da atividade humana.

Cada esfera — como a científica, a jurídica, a política ou a cotidiana — constrói e legitima determinados gêneros discursivos (artigos de opinião, relatórios, e-mails, notícias, reportagens etc.) por meio de práticas sociais específicas, normas institucionais, tradições comunicativas e expectativas compartilhadas que regulam as formas de dizer, modos de argumentar e padrões de interação. Esses gêneros funcionam como repertórios socialmente reconhecidos que orientam a produção e interpretação dos discursos em cada campo. Nessa esteira, os gêneros não são neutros, tampouco meras estruturas formais: eles são veículos de valores sociais cristalizados, que regulam o que pode ser dito, por quem, de que forma e com quais efeitos de sentido. Assim, o estudo dos gêneros é, inevitavelmente, o estudo das relações sociais que os fundamentam.

Nessa perspectiva, a análise dos discursos requer uma atenção apurada às vozes sociais que se manifestam — direta ou indiretamente — nos enunciados. Essas vozes carregam consigo ideologias que se materializam em práticas linguísticas aparentemente banais, mas profundamente significativas. Como observa Bakhtin (2016), a ideologia não se restringe a sistemas teóricos formais ou a doutrinas políticas

declaradas: ela está presente nos gestos, nos costumes, nos modos de falar e nas interações cotidianas, ou seja, em todas as dimensões da vida social. A linguagem é, portanto, o local privilegiado em que essas ideologias se tornam visíveis — e muitas vezes, onde se escondem sob a aparência da naturalidade e da normalidade.

Essa crítica ao caráter aparentemente neutro da linguagem encontra ressonância em autores como Pierre Bourdieu (1991), para quem o discurso é um instrumento de poder simbólico, capaz de legitimar desigualdades sociais sob o manto da autoridade linguística. O que se diz — e quem pode dizer — está diretamente ligado à posição que o sujeito ocupa no campo social, e à capacidade que possui de fazer-se ouvir e ser reconhecido como legítimo. O valor do discurso não depende apenas de seu conteúdo, mas também da credibilidade social do locutor, o que remete à noção de “*habitus* linguístico” e à estrutura de dominação simbólica operada pelo capital cultural. Dessa forma, a linguagem se configura como espaço de reprodução ou contestação das hierarquias sociais.

Portanto, a concepção dialógica e ideológica da linguagem proposta por Volóchinov e Bakhtin desloca a análise linguística de uma perspectiva formal para uma abordagem crítica e histórica, que considera os discursos como práticas sociais situadas. Nesse horizonte, todo enunciado é uma intervenção no mundo, uma tomada de posição que articula valores, interesses e ideologias. Essa perspectiva crítica revela o potencial da linguagem como lugar estratégico de luta simbólica, onde se travam embates silenciosos — mas profundamente eficazes — sobre o sentido do mundo.

4 Metodologia da pesquisa

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, conforme definido por Godoy (1995), por meio da qual se busca compreender os significados atribuídos a experiências humanas em seus contextos sociais específicos. A escolha por esse caminho metodológico se justifica pela necessidade de compreender fenômenos

complexos, atravessados por aspectos históricos, políticos e simbólicos, que não se deixam reduzir a categorias previamente definidas.

Nesse sentido, a pesquisa se configura como um estudo de caso, conforme delineado por Yin (2005), que entende essa modalidade investigativa como uma estratégia adequada para examinar fenômenos contemporâneos em profundidade, especialmente quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente delimitadas. Segundo o autor, o estudo de caso possibilita o uso intensivo de dados qualitativos, oriundos de situações da vida real, com o objetivo de explorar, descrever ou explicar determinado evento, a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos e dos significados que atribuem às suas experiências.

Sob tal perspectiva, entendemos que o papel do pesquisador é interpretar os processos pelos quais os mundos sociais são construídos e significados coletivamente, buscando captar a lógica interna das ações e dos discursos que compõem a experiência investigada (Yin, 2005). Trata-se, portanto, de uma investigação que se compromete com a compreensão situada dos acontecimentos, privilegiando a escuta das vozes silenciadas e a análise crítica das estruturas que regulam as práticas discursivas e institucionais.

Teoricamente, esta pesquisa se ancora nos pressupostos da filosofia da linguagem de orientação bakhtiniana, que concebe a linguagem como prática social atravessada por relações de poder e ideologia. A partir dessa perspectiva, buscamos compreender como o corpo de uma mulher negra grávida é interpretado, regulado e respondido em contextos institucionais marcados por desigualdades estruturais, como o sistema de saúde pública.

Mais especificamente, a pesquisa se volta à análise de um caso de violência obstétrica, vivenciado por uma mulher negra em um hospital público do estado da Bahia, cujo relato foi veiculado em uma reportagem do jornal eletrônico BATV. A escolha desse *corpus* se deve à sua densidade simbólica e à possibilidade de leitura

crítica dos mecanismos discursivos que operam sobre o corpo racializado e generificado da mulher negra gestante.

A análise do caso foi conduzida a partir de uma abordagem discursiva que articula diferentes categorias analíticas. Dentre elas, destacamos o conceito de corpo-enunciado, entendido como um corpo que não apenas sofre a ação discursiva, mas que também a produz e a ressignifica, constituindo-se como lugar de enunciação e resistência simbólica. Considera-se, nesse sentido, que o corpo da mulher negra grávida não é apenas o objeto sobre o qual recaem as práticas institucionais e os discursos biomédicos, mas também um agente enunciador, capaz de mobilizar sentidos, afetos e contradições que expõem as fissuras do sistema.

Além disso, a análise está ancorada nos conceitos de gêneros do discurso, enunciado e vozes sociais, conforme delineados por Bakhtin (2016), os quais permitem compreender a complexidade dos sentidos mobilizados no texto jornalístico, e como esses sentidos dialogam com discursos amplos da esfera social. Tais categorias são articuladas com referenciais críticos sobre violência de gênero, racismo estrutural (Almeida, 2019) e interseccionalidade (Lugones, 2010; Davis, 2016), no intuito de evidenciar os modos como múltiplas formas de opressão se sobrepõem e produzem efeitos concretos sobre os corpos e as vidas das mulheres negras no Brasil contemporâneo.

Dessa forma, a pesquisa busca contribuir para a construção de um olhar crítico e situado sobre as formas pelas quais os discursos e as práticas sociais operam na legitimação de violências historicamente naturalizadas. Assim, a seção a seguir apresenta a análise do *corpus* selecionado, fundamentada nos marcos teóricos aqui delineados, com o objetivo de desvelar os sentidos que atravessam a enunciação da experiência da mulher negra e os mecanismos discursivos que sustentam as formas de exclusão que a atingem.

5 Análise dos dados

Para dar início a esta seção, o Quadro 1 apresenta a transcrição do *corpus* de análise deste trabalho, isto é, a matéria jornalística do Telejornal BATV – Salvador.

Quadro 1 – Caso Liliane.

Material de análise (Transcrição)

BATV – Salvador (Globo play)

Após morte de bebê, mulher denuncia maternidade por violência obstétrica na Bahia

Jornalista: A morte de uma bebê durante o parto na maternidade Albert Sabin, em Salvador, está sendo investigada pela Polícia Civil. A mãe afirma que a médica responsável ignorou o relatório médico que indicava cesariana já que o feto tinha 31 semanas. Ela também afirma que foi vítima de violência obstétrica.

Repórter: Os exames de Liliane de 33 anos apontavam para uma gestação tranquila e saudável. A bolsa rompeu com 31 semanas, no sétimo mês de gravidez, mas o que era um momento de celebração da vida se tornou uma dor difícil de suportar.

Pai da Liliane: O meu sentimento hoje é um sentimento de revolta, porque a gente tava preparado pra receber Anabelle e, infelizmente, diante do fato que aconteceu, levou ela a óbito.

Repórter: O caso aconteceu na última quinta-feira na maternidade estadual Albert Sabin, em Cajazeiras. Liliane, gestante de 31 semanas, tinha uma indicação para parto cesárea, mas a opinião da mãe não foi atendida. Ela foi induzida a um parto normal, mas durante o procedimento, quando a criança era retirada, segundo a família, o pescoço foi quebrado.

Liliane: Ela falou: “vou meter mão”. Meu marido pegou e falou: “Mô, esse procedimento é errado, esse procedimento é errado”. Aí, eu falei: “Ai, meu Deus! Ai, meu Deus! Ai, meu Deus!”. Aí, ela pegou foi meteu a mão, como ela puxou a minha Belle. Aí, meu marido: “Já foi, já foi, já foi!”. Porque meu marido viu que tinha alguma coisa de errado, viu que tinha de errado. Aí, ela pegou foi e começou a falar: “Me ajude! Me ajude!”. Pedindo ajuda a outra obs... “Me ajude! Me ajude”. E o outro obstetra pegou se afastou de mim e pegou e foi se saindo assim. Aí, ela pegou foi ... terminou de puxar a minha Belle. Foi na hora que eu suspendi e eu olhei e vi a luva dela rasgada. A luva dela estava rasgada! A unha dela tava enorme, parecia uma unha de gel, uma unha bonita.

Repórter: Antes mesmo de entrar na sala de parto, Liliane conta que foi vítima de violência obstétrica.

Liliane: “Fique tranquila, é, é... A citocina tá aí comendo no centro pra te rasgar toda aí. E você bota força, bote força, bote força”.

Repórter: O relatório médico da maternidade disse que Liliane “evoluiu para trabalho de parto natural, vaginal, com importante distocia”, uma dificuldade da passagem de ombro da criança após a passagem da cabeça, que resultou na morte do bebê. A família não aceitou e pediu que o corpo fosse levado para o IML. A certidão de óbito afirma que a morte precisa ser esclarecida e não apontou uma causa. Em nota, a Polícia Civil disse que a 13ª delegacia de Cajazeiras investiga o caso. Também em nota, a Secretaria de Saúde do estado da Bahia disse que todas as medidas de apoio e acolhimento à família foram imediatamente tomadas em respeito a dor enfrentada neste momento delicado. A Sesab declarou que uma sindicância será rigorosamente conduzida para apurar com transparência as circunstâncias do óbito.

Liliane: Não tive acolhimento nenhum. Não tive nada, NADA. Só quem sabe o que é essa maternidade é só quem passa por ela. O tratamento lá dentro, gente, é terrível. Eu não desejo pra ninguém.

Jornalista: O conselho estadual da Bahia disse que solicitou ao Ministério Público que investiguem a denúncia e vai fazer uma vistoria junto com a comissão intersetorial de saúde da mulher para avaliar a situação da maternidade e solicitou à corregedoria da saúde a abertura de um processo administrativo disciplinar.

Fonte: elaborado pelos autores (2025), a partir de BATV (2024)³.

A reportagem em análise evidencia múltiplas vozes sociais que refletem o panorama de um caso de violência obstétrica, situando-se em um contexto marcado por desigualdades de gênero, raça e classe. Nessa esteira, são mobilizadas, na matéria, as vozes de uma mulher negra (vítima de violência), do seu esposo, do seu pai e de funcionários do hospital em que ocorrera o caso. Assim, no plano macro, o jornal BATV emerge como entidade mediadora da narrativa, enquanto as vozes individuais, como a da vítima Liliane, seu marido, a médica responsável pelo parto e órgãos como a Polícia Civil e a Secretaria de Saúde da Bahia, compõem um mosaico discursivo que expressa e tensiona relações de poder⁴.

Liliane, mulher negra de 33 anos, residente em Cajazeiras (Bahia), vivenciou uma gravidez que, embora inicialmente tranquila, resultou em parto prematuro na 31ª semana. A reportagem indica a necessidade de uma cesariana, que foi negligenciada

³ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/13072636/>. Acesso em: 29 nov. 2024.

⁴ Cabe destacar que não se trata da voz desses enunciadores, propriamente ditos, mas da fala da vítima Liliane que recorre às vozes desses indivíduos para localizar o seu discurso no tempo e no espaço do parto.

pela médica responsável, culminando em um parto natural forçado. Esse contexto marca a primeira forma de violência obstétrica sofrida por Liliane, como ela própria relata em sua fala, referindo-se aos ditos da médica responsável pelo parto: “Fique tranquila, é, é... A citocina⁵ tá aí comendo no centro pra te rasgar toda aí. E você bota força, bote força”.

Segundo Bakhtin (2016), os discursos dos sujeitos são constituídos por múltiplas vozes sociais, refletindo a interação constante com enunciados alheios. Nessa perspectiva, o enunciado da mãe é atravessado por experiências anteriores e discursos que ouviu, sendo influenciado, em particular, pelas falas da médica e de outras instituições, cujas práticas se inscrevem em um contexto de racismo institucional. Diante desse contexto, faz-se fundamental destacar que, ainda que se trate de um discurso de terceiros sobre a fala de outra pessoa, infere-se, a partir desta análise, as dimensões simbólicas e concretas da violência vivenciada por Liliane, bem como por inúmeras outras mulheres negras.

Esses discursos, já ditos, já ouvidos e já vividos, formam um campo de sentidos possíveis que moldam o que pode ser dito, como pode ser dito e o que se compreende quando algo é dito. No caso em questão, quando analisamos o discurso de terceiros a partir da fala da Liliane, estamos trazendo à tona o entrecruzamento de vozes — a de Liliane, a da médica e a dos demais presentes, assim como os discursos sociais mais amplos que atravessam essas falas, como o racismo institucional e estrutural.

A análise bakhtiniana desse enunciado permite compreender as dinâmicas de poder e desumanização presentes no discurso. As escolhas linguísticas, como o uso do termo “rasgar” ao invés de “dilatar”, evidenciam um tom violento, enquanto a repetição do imperativo “bote força” revela a imposição de autoridade. O corpo da mulher, nesse contexto, é tratado como objeto, desprovido de subjetividade,

⁵ No parto, este medicamento é utilizado para induzir as contrações uterinas. A ocitocina, idêntica à produzida naturalmente pelo hipotálamo e armazenada na hipófise posterior, intensifica a frequência e a força das contrações uterinas, sendo essencial para a progressão do trabalho de parto.

configurando-se como uma manifestação monológica que silencia e instrumentaliza a vítima.

A desumanização no discurso e na prática obstétrica reflete um problema sistêmico, especialmente em relação às mulheres negras. Estudos como o relatório “Nascer no Brasil”, da Fiocruz, apontam que mulheres negras são frequentemente submetidas a procedimentos inadequados, sofrendo intervenções desnecessárias e sendo desconsideradas em suas queixas de dor. Esse fenômeno está associado a estereótipos históricos que enxergam os corpos negros como mais resistentes à dor, uma herança do período escravocrata e que ainda persiste no imaginário médico.

Nessa seara, Santana *et al.* (2024, p. 1) afirmam que “[...] existem sete dimensões do racismo obstétrico: lapsos diagnósticos; negligência, descaso ou desrespeito; causar dor intencionalmente; coerção; cerimônias de degradação; abuso médico⁶”. Sendo assim,

esta violação caracteriza situações em que pacientes obstétricas experimentam dominância reprodutiva por profissionais e equipe de saúde, agravada pela raça da paciente ou pela história de crenças raciais que influenciam o tratamento ou as decisões diagnósticas (Santana *et al.*, 2024, p. 1).

Nessa perspectiva, o relato de Liliane evidencia a questão de gênero, bem como as interseccionalidades de raça e classe social.

Outrossim, Cobo, Cruz e Dick (2021) destacam que mulheres negras, em sua maioria, dependem do SUS, sendo que 71,5% da população brasileira não possui acesso a planos privados de saúde, com uma dependência ligeiramente maior entre

⁶ Abuso médico, conforme descrito por Santana *et al.* (2024), refere-se a práticas de violência institucional cometidas por profissionais de saúde que extrapolam os limites da ética médica, muitas vezes marcadas por autoritarismo, uso excessivo ou desnecessário de procedimentos, coerção, invasão de privacidade, ou negação de informação e consentimento. No contexto do racismo obstétrico, essas práticas assumem conotações ainda mais graves, pois se entrelaçam com desigualdades raciais e de gênero, aprofundando a vulnerabilidade da paciente negra.

mulheres negras. Além disso, uma pesquisa realizada por Witkowski e Martins (2018) nos mostra o

retrocesso à pobreza absoluta e a falta de acesso aos equipamentos de saúde afeta diretamente a vida da população negra, e consequentemente, das mulheres negras brasileiras, considerando que este grupo representa quase 70% dos/as usuários/as do Sistema Único de Saúde (SUS) (Witkowski; Martins, 2018, p. 2).

Nesse sentido, contribuições teóricas como as de Davis (2016) se mostram relevantes para compreender esse processo de opressão das mulheres negras. Segundo a pesquisadora, essas práticas remontam ao período da escravidão, quando seus corpos eram explorados de forma brutal, sendo negados direitos básicos, como a maternidade e a dignidade.

As mulheres que tinham bebês em fase de amamentação sofriam muito quando suas mamas enchiam de leite, enquanto as crianças ficavam em casa. Por isso, elas não conseguiam acompanhar o ritmo dos outros; vi o feitor espancá-las com chicote de couro cru até que sangue e leite escorressem misturados, de suas mamas (Davis, 2016, p. 21).

As mães eram separadas de seus bebês, negando-lhes o direito básico à maternidade e ao cuidado de seus filhos. Nesse sentido, a violência física demonstra como os corpos dessas mulheres eram tratados como objetos de trabalho, sem consideração por sua saúde física ou emocional. Ainda, o ato de chicoteá-las até que “sangue e leite escorressem misturados” não é apenas um ataque físico, mas uma violência simbólica, pois carrega consigo significados e representações culturais e sociais que persistem no presente. No caso analisado, essa herança simbólica se manifesta na forma como o corpo da mulher negra é ainda hoje desumanizado, silenciado e privado de um cuidado pleno durante a gestação e o parto.

Essa herança histórica persiste na forma de racismo estrutural e institucional, por meio do qual a negligência médica e a violência obstétrica configuram práticas

sistemáticas que colocam em risco a vida e a saúde dessas mulheres. A “força” atribuída à mulher negra, bem como os discursos de que são férteis e boas “parideiras” têm provocado sequelas nas vidas de muitas mulheres. Temos, já nos primeiros enunciados de Liliane, evidências de uma violência física e linguística, quando a vítima alega que a médica pediu para que ela ficasse tranquila, visto que a citocina estava agindo em seu corpo e bastava que ele fizesse força para que a criança nascesse. O relato dessa prática situada contribuiu para a construção de sentidos que influenciaram diretamente a vida dos envolvidos. Isto é, discursos que reverberam efeitos concretos sobre o corpo da paciente.

No enunciado apresentado, a voz da profissional de saúde — veiculada através da vítima — revela o poder discursivo que silencia e instrumentaliza o corpo da mulher. As expressões utilizadas são carregadas de brutalidade e desumanização, transformando a experiência do parto em um processo doloroso. Embora a fala da profissional seja autoritária, ela não ocorre isoladamente, trata-se de uma resposta ao contexto histórico e cultural, em que o parto é muitas vezes entendido como um processo técnico, e não como um momento humanizado. Esse enunciado se insere em uma cadeia discursiva maior que perpetua a desumanização e o abuso no cuidado obstétrico, especialmente em mulheres de grupos vulnerabilizados.

A violência continuou dentro da sala de parto. A médica fez declarações que deixaram Liliane com medo e desconfortável: “vou meter mão”, referindo-se ao que iria fazer para retirar a criança. Novamente, a forma utilizada para se referir à mãe se apresenta de modo violento, como se ela não fosse sentir dor com o procedimento. Ao visualizar a situação, o esposo de Liliane alerta para a irregularidade, desespera-se e repete: “já foi, já foi, já foi”. Nesse contexto, o marcador “já” atua como uma tentativa de consolo diante de uma situação de violência explícita. Sua repetição carrega a carga emocional de alguém sensibilizado, tentando encerrar ou suavizar a dor que presencia, revelando um gesto afetivo frente ao sofrimento da companheira.

Essa passagem revela um diálogo entre os participantes (a mulher, o marido, os obstetras), marcado por relações de poder e pela luta por voz ativa no enunciado do parto. A mulher e o marido tentam intervir verbalmente diante de uma situação que percebem como errada, mas suas vozes são marginalizadas pela autoridade médica, representada pela obstetra que executa o procedimento⁷. O discurso do marido (“esse procedimento é errado”) e os gritos da mulher (“Ai, meu Deus!”) são tentativas de responder e resistir à ação médica, configurando um embate de enunciados.

A obstetra, por sua vez, age de forma autoritária, ignorando as vozes que contestam sua prática. Seu pedido posterior de ajuda (“Me ajude! Me ajude!”) evidencia um deslocamento do poder quando ela percebe dificuldades ou erros no procedimento. Essa mudança reflete o caráter responsivo do enunciado, em que o contexto dinâmico redefine a posição de cada voz.

A médica deu continuidade ao procedimento e solicitou o auxílio de outro obstetra presente na sala. No entanto, em vez de prestar o suporte necessário, o profissional se afastou, deixando que a colega concluísse o parto sozinha. Tal atitude evidencia mais um episódio de negligência, uma vez que a função do obstetra naquele momento era justamente oferecer assistência, e não se omitir diante da situação. Ao tirar a criança por completo, a mãe visualiza a luva da médica rasgada e fica impressionada com o tamanho da unha: “A unha dela tava enorme, parecia uma unha de gel, uma unha bonita”.

O relato sobre a luva rasgada e as unhas longas aponta o descaso, bem como o desrespeito às normas básicas de segurança hospitalar. A Norma Regulamentadora 32 (NR-32) reforça que profissionais da saúde devem manter unhas curtas e higienizadas para prevenir infecções. A negligência a esses padrões corrobora a precariedade do atendimento, agravando a situação de violência já vivida por Liliane.

⁷ Diante dessa informação, evidencia-se que a médica envolvida no ocorrido é branca, o que também contribui para a reflexão sobre as discussões acerca da raça, que vão além da identificação de gênero. Nessa seara, pode-se indagar, inclusive, caso a médica fosse negra, poderia ser diferente? Será que dedicaria mais cuidado ao caso? A sororidade dialoga com a raça?

A vítima relata esse momento com profunda dor, ao recordar que, se não tivesse sido submetida a tantas formas de violência, poderia estar com sua filha, “Belle”, nos braços. Ao final da reportagem, ela destaca que “Não tive acolhimento nenhum. Não tive nada, NADA. Só quem sabe o que é essa maternidade é só quem passa por ela. O tratamento lá dentro, gente, é terrível. Eu não desejo pra ninguém”. Esse excerto revela um padrão de desrespeito que não se limita a um caso isolado, mas reflete uma prática recorrente no atendimento obstétrico a mulheres negras no Brasil, como apontam estudos sobre violência institucional e racismo na saúde (Leal *et al.*, 2017; Oliveira; Kubiak, 2019). Essa negligência, aliada à imposição de um parto natural contra a indicação médica, culminou na morte da criança e na perpetuação de traumas psicológicos e físicos.

Essa situação ganhou repercussão porque a vítima e sua família recusaram o laudo que atribuía a morte da criança a uma distocia de ombro, que teria causado a quebra do pescoço. Contudo, é pertinente questionar: quantas mulheres negras enfrentam situações semelhantes e se calam diante de um sistema opressor, machista e patriarcal? A médica responsável pelo parto, que deveria ter agido com humanização e empatia, especialmente por também ser mulher, demonstrou negligência durante todo o procedimento.

Caminhando às nossas reflexões finais, reconhecemos que a análise de uma única matéria jornalística pode apresentar limites quanto à abrangência empírica. No entanto, fundamentados na perspectiva dialógica de Bakhtin (2003), entendemos que todo enunciado é atravessado por múltiplas vozes sociais, mesmo quando se apresenta de forma aparentemente unívoca. Assim, a matéria analisada não é tomada como um espelho de uma realidade objetiva, mas como um espaço de inscrição e tensionamento de discursos sociais que dialogam com formações ideológicas mais amplas, especialmente no que se refere ao racismo institucional e à violência obstétrica.

A escolha por esse *corpus* não pretende oferecer uma representação totalizante do fenômeno, mas sim evidenciar, por meio da materialidade discursiva de um caso

concreto, como práticas naturalizadas podem ser atravessadas por estruturas históricas de poder e exclusão. A enunciação jornalística, nesse caso, serve como um ponto de escuta que traz à superfície sentidos muitas vezes silenciados no cotidiano institucional.

Diante disso, cabe ressaltar que, além desta reportagem analisada, outras mídias também noticiaram o ocorrido, como o Correio, Diário do Nordeste, CNN e O Globo etc. Realizando um adendo, em outra matéria, publicada em 6 de novembro de 2024, pela Revista digital Afirmativa, Liliane relatou, mais uma vez, o que ocorreu dentro do hospital, desde a sua chegada até a retirada do bebê. A vítima denunciou a negligência dos funcionários do estabelecimento que, por sua vez, tinham a indicação de que o parto deveria ser cesáreo, mas foram de encontro às indicações, fazendo-a passar por um sofrimento desnecessário, culminando na morte do bebê. A notícia destaca:

Segundo a denúncia da família, após uma série de complicações, a bebê foi puxada pelo pescoço, e o procedimento teria gerado uma lesão que levou a morte da criança [...]. A paciente relatou ter ouvido falas violentas da equipe antes de entrar na sala de parto. Teriam dito que ela seria “rasgada até o talo” e que deveria “botar força”. Em outro relato, descreveu ter sido “mandada a parar de presepada” por um funcionário (Revista Digital Afirmativa, 2024).

Partindo dessa discussão, recorremos à Davis (2019), que esclarece que o racismo obstétrico é uma forma de violência que se manifesta na interseção entre a violência obstétrica, o gênero e a raça, evidenciando os efeitos do racismo estrutural sobre a saúde reprodutiva das mulheres negras. Assim como a violência obstétrica se configura como uma violência de gênero, o racismo obstétrico se insere nas práticas de violência institucional e contra as mulheres, sendo intensificado pelas desigualdades raciais historicamente estabelecidas.

Esse tipo de violência institucional, como vivenciado por muitas mulheres negras no Brasil, tem sido denunciado por ativistas como a pesquisadora Bárbara

Carine, autora do livro *Como Ser um Educador Antirracista*. Em um vídeo publicado no Instagram, onde possui mais de 600 mil seguidores, Bárbara expressou solidariedade à vítima, Liliane, e denunciou o racismo estrutural e institucional que permeia a sociedade brasileira. Enquanto aguardam o laudo final do IML sobre a morte da criança⁸, Liliane e sua família têm utilizado as redes sociais (@lilianeribeiro891) para reivindicar justiça e manter o caso em evidência.

Nessa conjuntura, a análise bakhtiniana revela um cenário de vozes que competem em um espaço de poder. A luta de Liliane por fazer sua voz ser ouvida é continuamente marginalizada pela autoridade médica. Essa dinâmica de exclusão reflete um problema estrutural, no qual mulheres negras, especialmente aquelas dependentes do sistema público de saúde, são desumanizadas e negligenciadas.

Dado o exposto, buscou-se, conforme o objetivo proposto, investigar como diferentes vozes se articulam — ou se omitem — na construção discursiva do corpo da mulher negra grávida. Nota-se que, embora a reportagem mencione a atuação da equipe médica, suas falas aparecem apenas mediadas pelo relato da vítima, sem enunciados diretos ou posicionamentos institucionais, o que contribui para um efeito de apagamento discursivo e de diluição da responsabilidade institucional.

Ao mesmo tempo, a voz midiática adota uma linguagem que oscila entre a exposição factual e uma neutralidade estratégica, enquanto a voz social emerge de modo mais contundente por meio da atuação da vítima e de seus familiares. Essa configuração discursiva evidencia tensões entre presença e silenciamento, contribuindo para a invisibilização das estruturas de poder que sustentam práticas de violência obstétrica racializada.

O caso de Liliane ressalta a urgência de combater o racismo institucional e de repensar práticas médicas que perpetuam violências históricas. O clamor por justiça

⁸ Até o presente momento, não foi possível encontrar, em nenhuma mídia, o resultado do laudo do Instituto Médico Legal, o que reafirma a violência sofrida por esta mulher, expressa por meio da postergação da resolução do caso. Acredita-se, portanto, que esse movimento pode provocar o esquecimento deste episódio de violência, retardando e/ou anulando as possibilidades de justiça social.

transcende a narrativa individual, expondo a necessidade de mudanças sistêmicas no atendimento obstétrico e no cuidado com as mulheres negras no Brasil⁹.

5 Considerações finais

Este trabalho destacou a complexidade e a urgência de abordar a violência obstétrica contra mulheres negras no Brasil. Por meio da análise do corpo da mulher negra grávida como um enunciado, foi possível evidenciar como práticas discursivas e institucionais perpetuam desigualdades estruturais marcadas pelo racismo e pelo sexismo.

A “força” atribuída à mulher negra, bem como os discursos de que são férteis e boas “parideiras” têm provocado sequelas nas vidas de muitas mulheres. O discurso analisado nesta pesquisa – corpo da mulher negra grávida –, no contexto específico do parto, despertou dizeres que, atribuindo-lhe um sentido animalesco, inferiorizou a dor de Liliane e a violentou em um dos momentos mais delicados da sua vida: o nascimento de um filho.

A violência obstétrica sofrida pela vítima não se restringe ao momento do parto, visto que esse enunciado é rodeado por discursos anteriores e posteriores que nos levam a compreender esta violência como algo estrutural e institucionalizado. Diante disso, o estudo revelou que as vozes sociais apontam para valores profundamente enraizados em práticas sociais, desempenhando um papel central na construção de sentidos atribuídos ao corpo da mulher negra. A análise indica uma desumanização sistemática que se reflete em maus-tratos, silenciamentos e negação de direitos básicos.

⁹ Além desse caso que utilizamos para a análise dos dados, houve outro caso de violência obstétrica contra uma mulher negra, no mesmo hospital, divulgado dia 02 de dezembro de 2024. A situação é similar a de Liliane, ou seja, a vítima também tinha indicação de parto cesárea, mas foi negligenciada. No entanto, diferentemente de Liliane, essa mãe veio a óbito. Esse ocorrido nos faz inferir que, situações como estas, tornaram-se um padrão dentro desta maternidade. Para mais informações, acessar o link da reportagem: <https://globoplay.globo.com/v/13149911/>. Acesso em: 04 jun. 2025.

Essa violência simbólica e física é alimentada por relações de poder que atravessam a história e persistem atualmente.

Nesse contexto, a publicação deste trabalho reforça a denúncia da violência vivida por mulheres negras grávidas em ambientes institucionais. Embora o caso tenha recebido ampla divulgação na época em que ocorreu, ele caminha para o esquecimento. Esse apagamento social contribui para a repetição de tragédias, resultando na morte de mais crianças e em traumas psicológicos irreversíveis. Romper com as estruturas do racismo e do sexismo, ainda profundamente enraizadas na sociedade brasileira, é uma urgência inadiável.

Referências

ALMEIDA, S. L. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro – Políticas Públicas, 2019.

ALVES, K. C.; FERNANDES, E. S. F.; SOARES, L. C. B.; FERNANDES, T. S. S. Percepções de gestantes acerca da violência obstétrica. **Research, Society and Development**, v. 14, n. 2, e0314248129, 2025. DOI <https://doi.org/10.33448/rsd-v14i2.48129>

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. Organização, tradução, notas e glossário de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

BATV. Após morte de bebê, mulher denuncia maternidade por violência obstétrica na Bahia. 4 de novembro de 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2024/11/04/mulher-denuncia-maternidade-na-bahia.ghtml>.

BUTLER, J. **Corpos que importam**: sobre os limites discursivos do sexo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. DOI <https://doi.org/10.7476/9788523220037.0002>

CARNEIRO, S. **Mulheres em movimento**. São Paulo: Selo Negro, 2003. DOI <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>

COBO, B.; CRUZ, C.; DICK, P. C. Desigualdades de gênero e raciais no acesso e uso dos serviços de atenção primária à saúde no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 9, p. 4021-4032, 2021. DOI <https://doi.org/10.1590/1413-81232021269.05732021>

COLLINS, P. H. Interseccionalidade como categoria de análise social. *In*: Akotirene, Carla (org.). **Interseccionalidade**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, A. Obstetric Racism: The Racial Politics of Pregnancy, Labor, and Birthing. **Med Anthropol**, v. 38, n. 7, p. 560-573, 2019. DOI <https://doi.org/10.1080/01459740.2018.1549389>

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. DOI <https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000200008>

IPEA. **Violência contra as mulheres no Brasil**. Brasília: IPEA, 2015.

LEAL, M. do C.; *et al.* Desigualdades raciais, sociais e geográficas na cesariana e outras intervenções durante o parto no Brasil: estudo Nascer no Brasil, 2011/2012. **Revista de Saúde Pública**, v. 51, p. 1-12, 2017.

LUGONES, M. Toward a Decolonial Feminism. **Hypatia**, v. 25, n. 4, p. 742-759, 2010. DOI <https://doi.org/10.1111/j.1527-2001.2010.01137.x>

OLIVEIRA, B. M. C.; KUBIAK, F. Racismo institucional e a saúde da mulher negra: uma análise da produção científica brasileira. **Saúde em Debate**, v. 43, p. 939-948, 2019. DOI <https://doi.org/10.1590/0103-1104201912222>

REVISTA AFIRMATIVA. Mulher denuncia violência obstétrica que teria causado a morte da filha em Salvador (BA). 6 de novembro de 2024. Disponível em: <https://revistaafirmativa.com.br/mulher-denuncia-violencia-obstetrica-que-teria-causado-a-morte-da-filha-em-salvador-ba/>.

SANTANA, A. T. *et al.* Racismo obstétrico, um debate em construção no Brasil: percepções de mulheres negras sobre a violência obstétrica. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, n. 29, 2024. DOI <https://doi.org/10.1590/1413-81232024299.09952023>

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 17. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2017.

WERNECK, J. Saúde da população negra. *In*: BATISTA, L. (org.). **Racismo institucional e saúde da população negra**. Brasília: ABPN, 2016. DOI <https://doi.org/10.1590/s0104-129020162610>

WITKOWSKI, M. S.; MARTINS, G. Vidas negras importam? As mulheres negras e o desmonte do SUS. **Terra de Direitos**. 2018. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br>.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.